



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 O objeto deste Termo de Referência é a cotação eletrônica para fornecimento de 14 (quatorze) APOIOS PARA OS PÉS em proveito da COR/SR/DPF/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente documento.

2 DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL, QUANTITATIVOS E VALORES

2.1 APOIO PARA OS PÉS

- 2.1.1 Material : fabricação em chapa de aço com espessura mínima de 1,2 mm;
- 2.1.2 Plataforma com regulagem de altura e revestimento anti derrapante;
- 2.1.3 Pés com revestimentos anti derrapante;
- 2.1.4 Dimensões mínimas 30cm x 40cm

2.2 DOS QUANTITATIVOS E VALORES

Descrição	Quant.	Valor unit. referência	Valor Total referência
APOIO PARA OS PÉS	14	R\$ 100,40	R\$ 1,405,60

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Para atendimento à NR17 – Norma Regulamentadora 17 e aprovado pela Portaria SIT N° 09/2007.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas correrão à conta dos recursos consignados à Superintendência da Polícia Federal/RS, através de previsão no Orçamento-Geral da União, para o exercício de 2013. Elemento de Despesa 449052.

5 DA PRESTAÇÃO DO OBJETO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

5.1 A nota de empenho de compra será encaminhada ao fornecedor para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

5.2 O objeto deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar data de recebimento da nota de empenho, no seguinte local:

5.2.1 Av. Paraná 991 – Bairro :Navegantes – Porto Alegre/RS

5.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no TR, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, às custas da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.4 O objeto será recebido definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

6 PRAZO DE GARANTIA

6.1 Deverá ser fornecida pela Contratada garantia total de, no mínimo, 01 (um) ano, a partir da data da entrega dos bens, para qualquer tipo de dano, ficando desde já acordada a substituição integral do equipamento danificado, não sendo permitidos reparos ou substituições de peças.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 Fornecer o objeto de acordo com a especificação técnica e as condições estabelecidas nesse Termo de Referência;

7.2 Cumprir os prazos estipulados para entrega do objeto, substituindo-o, às suas expensas, no prazo fixado, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;

7.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.4 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência;

7.5 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega;

7.6 Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis;

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do termo de referência e da proposta;

8.2 Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, para que seja substituído;

8.3 Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;

9 – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega do objeto, mediante a apresentação do documento fiscal competente, devidamente aprovado pela Contratante, por meio de ordem bancária de crédito, em depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

9.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, esses serão restituídos pela Contratante no prazo de 05 (cinco) dias, para que a Contratada promova as correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a licitante adjudicatária, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

10.1.1 Advertência

10.1.2 Pelo atraso injustificado na execução do serviço objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

10.1.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

10.1.4 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.1.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

10.1.6 aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

10.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Porto Alegre (RS), 11 de outubro de 2013.

Luciano Guelfand
CPL/SR/DPF/RS
Mat. 17.444